

# A HISTÓRIA DAS MULHERES NO TRABALHO

# 1

**V**ocê já parou pra pensar desde quando nós mulheres trabalhamos?

Houve muitas tentativas de se responder a essa pergunta ao longo dos séculos. A primeira delas foi o silêncio. Com certeza, não foi uma resposta dada por nós trabalhadoras.

Agricultoras, escravas, amas, criadas, serviçais, trabalhadoras domésticas e em domicílio, quituteiras, lavadeiras, enfermeiras, professoras, mães e filhas cuidando da família, atrizes, artistas. São muitas as imagens das mulheres trabalhando na história da humanidade e na formação da sociedade brasileira.

O olhar sobre a história do trabalho das mulheres leva a perceber uma grande injustiça. Os exemplos do nosso trabalho como os citados acima durante muito tempo estiveram apagados da história. Foram vistos como uma realização de dons, serviços sociais, extensão dos trabalhos domésticos, como vocação, como qualidades. Não eram entendidos como trabalho que produz riqueza e constrói a história.

É bastante comum e presente a ideia de que as mulheres ingressaram no mercado de trabalho apenas na época da industrialização. As primeiras grandes indústrias empregaram, de fato, a mão-de-obra feminina e infantil, em longas jornadas e desumanas condições de trabalho, com salários menores. Acreditava-se ali que as mulheres produziam menos que os homens e necessitavam de um salário apenas complementar. Portanto, podiam receber menos.



Vamos para a maré,  
pegamos o marisco,  
trazemos para casa,  
limpamos. Isso é muito  
difícil, pois temos que  
ir às quatro ou cinco  
horas da manhã,  
quando a maré está  
baixa. Temos todo o  
trabalho, mergulhamos  
10 metros para  
pegar o marisco lá  
em baixo, tiramos a  
lama, cozinhamos,  
destripamos e  
vendemos o quilo por  
apenas cinco reais.

*Relato de Maria Eliene  
do Vale (Maninha), da  
Associação de Mulheres  
Pescadoras do Ceará.*

As mulheres eram consideradas trabalhadoras “sem força muscular ou com **desenvolvimento físico incompleto** ou com membros mais flexíveis” (SCOTT, 1990)<sup>1</sup>.

Mulheres e crianças eram tidas como mão-de-obra mais dócil e com menos capacidade de organização e protesto. Assim atribuiu-se menor valor ao seu salário. A elas, em geral, eram destinadas as tarefas envolvendo o trabalho manual, similares ao trabalho doméstico. Como esses afazeres eram considerados dons e aptidões naturais das mulheres, eram desvalorizadas.

A exploração do trabalho das mulheres pelo sistema capitalista, que então emergia como o novo modo de produção – baseado na exploração do trabalho assalariado – é uma grande verdade. Mas, muito antes disso, as mulheres já trabalhavam e muito. Trabalhavam, por exemplo, dentro de suas próprias casas, produzindo artigos artesanais e produzindo a riqueza que, mais tarde, possibilitaria a própria acumulação de recursos para a implantação das grandes indústrias. Nesse sentido, o trabalho em domicílio, realizado pelas mulheres, foi uma atividade fundamental para a mudança no sistema de produção em todo o mundo. Trabalhavam no campo. No Brasil e em outros países colonizados, as mulheres negras traficadas da África tinham seu trabalho explorado nas casas-grandes e também nas ruas, como vendedoras, quituteiras, por exemplo.

Historiadoras como a feminista francesa Michelle Perrot mostram que às mulheres eram delegadas as tarefas considerada mais aptas a elas. Os trabalhos manuais, que exigiam rapidez e destreza, por exemplo, eram considerados “femininos”. Assim, as mulheres se construíram como as principais trabalhadoras no trabalho têxtil, manual, artesanal etc. Esses trabalhos, por serem realizados pelas mulheres, eram mais mal remunerados.

---

<sup>1</sup> SCOTT, Joan. “A mulher trabalhadora”. Em: DUBY, G. e PERROT, M. *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 1993. V. 4, p. 443-475.



Até hoje, os estudos das feministas, nos diversos países, sejam pobres ou ricos, mostram que as mulheres estão mais afastadas dos postos de trabalho em que há tecnologias, embora venham conquistando melhores níveis de escolaridade que os homens.

## **E NO BRASIL?**

Se olharmos para a história do Brasil com olhos que buscam as trabalhadoras, iremos também encontrar as mulheres negras que, seqüestradas da África pelo tráfico de escrav@s, trabalharam intensivamente nas casas-grande, como amas e criadas, sujeitas, muitas vezes, à violência física e sexual. Olhando dessa forma, fica mais fácil compreender porque as negras são as pessoas mais pobres na sociedade brasileira. A exploração do seu trabalho é parte da formação social do Brasil e de muitos outros países que foram colonizados.

Até muito pouco tempo atrás – três décadas, pelo menos – trabalho significava o trabalho produtivo, assalariado e pelo qual @s trabalhador@s produziam mercadorias ou bens de consumo para a venda no mercado. Mesmo na Sociologia e nos estudos sobre esse tema, a imagem do trabalhador era em geral a de um homem, assalariado, empregado. Era como se a classe operária tivesse apenas um sexo.

Com os estudos feministas na sociologia do trabalho, principalmente, mostrou-se que a classe trabalhadora era formada por mulheres que trabalhavam na fábrica, muitas vezes nas funções menos valorizadas, também por professoras, enfermeiras, assistentes sociais e por quem estava no trabalho realizado em domicílio, no artesanato, nos serviços domésticos. Ficava claro, então, que “a classe operária tinha dois sexos”, conforme afirmou a socióloga brasileira Elisabeth Souza-Lobo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. “A classe operária tem dois sexos”. São Paulo : Brasiliense, SMC, 1991.

Temos um trabalho de busca de caminhos para sustentabilidade das mulheres na área da formação da escolaridade, de qualificação profissional, na busca de melhorar seu cotidiano e na ampliação de seus direitos. A contribuição do meu trabalho na articulação para a geração de riqueza no país se dá na medida em que ajudo a fazer a gestão desses caminhos nas políticas públicas, empoderando no ponto de vista do conhecimento das leis e do advocacy [promoção e defesa de direitos].

*Relato de Cleusa Aparecida da Silva, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras*

---

**O que o feminismo desvendou, questionando os conceitos e estudos existentes sobre o mundo do trabalho, era uma injustiça flagrante. Havia uma grande distância entre a “presença real” das mulheres no mundo do trabalho e a “ausência simbólica”, isto é, da história, dos estudos, da imagem do “trabalhador padrão”, do próprio conceito de trabalho que não daria conta de grande parte das atividades produtivas e reprodutivas realizadas pelas mulheres.**

---

Além de tornar visível a presença das mulheres no trabalho remunerado, o feminismo construiu uma nova visão sobre o trabalho, evidenciando com estudos, pesquisas e **mobilização política**, que as atividades domésticas, como o cuidado com a saúde, o preparo de alimentos, o cuidado cotidiano com a família, responsabilidade praticamente exclusiva das mulheres na maioria das sociedades, constitui também uma grande parte do trabalho realizado pela sociedade.

Se não fosse esse trabalho realizado no dia-a-dia pelas mulheres, não haveria força disponível para movimentar e sustentar o mundo. Para além da produção de bens e mercadorias, existe o trabalho de manutenção da vida e reprodução das pessoas, o chamado trabalho na reprodução social, que muitas vezes é realizado de maneira não remunerada, como é o trabalho doméstico.

Este trabalho é, em sua maioria, realizado pelas mulheres, tanto no mundo público e para outras pessoas como dentro de suas casas, realizado para a própria família.

---

**A sociedade nunca parou para imaginar o que aconteceria com o mundo se as mulheres fizessem uma greve de trabalho doméstico!**

---



## A FACE DA DESIGUALDADE

“Nós mulheres trabalhamos muito, dentro e fora de casa, desde muito cedo e por toda a vida. Com nosso trabalho, contribuímos para a geração de riqueza para a economia do País.

Entretanto, no mundo do trabalho, somos as mais exploradas e oprimidas:

- somos maioria na população em situação de pobreza;
- temos os mais baixos rendimentos na classe trabalhadora;
- estamos nos trabalhos mais precários: informais, terceirizados, sem carteira assinada;
- somos a maioria da população desempregada e da população que busca emprego;
- temos as maiores e mais exaustivas jornadas de trabalho;
- sofremos violência, assédio moral, abuso sexual, maus tratos físicos, exploração e até situações de escravização (trabalho em troca de comida e moradia). Em toda parte e, sobretudo, nas casas de famílias que empregam mulheres e meninas no trabalho doméstico.

Toda esta situação ameaça a nossa autonomia econômica, nos mantém dependentes e reduz nosso poder sobre os rumos de nossas próprias vidas.”

*Fonte: SOS CORPO. Série de Cartazes Os direitos das mulheres no mundo do trabalho. Recife, 2008.*

## DUPLA JORNADA

No mundo do trabalho, nós mulheres somos duplamente exploradas. Somos parte da classe trabalhadora: para sobreviver, temos que trabalhar em troca de salário. Isso porque vivemos em uma sociedade capitalista, em que uma pequena parcela da população, a classe burguesa, vive da exploração do trabalho da grande maioria, a classe trabalhadora.



Eu acredito que o trabalho das donas de casa contribui e muito para o desenvolvimento da riqueza do país. Se você vir no mercado de trabalho um homem bem sucedido, existe por trás uma dona de casa que trabalha muito os afazeres domésticos para que essa pessoa possa ir para o mercado de trabalho. Nos pequenos municípios, donas de casa estão criando não somente os filhos, mas também os netos.

*Relato de Marinelma Macedo, da Associação das donas de Casa de Jequié*

Produzida pela grande maioria da sociedade, a riqueza é, por outro lado, apropriada por uma pequena parcela.

A divisão social do trabalho é justamente a divisão do trabalho entre as classes sociais: aquela que produz e vende sua força de trabalho – a classe trabalhadora – e aquela que detém os meios de produção e se apropria da riqueza gerada pela maioria – a classe burguesa.

Além desse trabalho, somos nós, mulheres, que arcamos com todo o peso dos **afazeres domésticos nas nossas famílias**.

#### DESIGUALDADE EM NÚMEROS

Segundo o IBGE (PNAD/2006), 92% das mulheres ocupadas (em trabalho remunerado) realizam afazeres domésticos. Em média, usam 25 horas semanais nisso. Enquanto os homens, apenas 10.

Somando as duas jornadas, nós mulheres trabalhamos muito mais horas do que os homens.

A divisão sexual do trabalho explica essa situação: há os trabalhos realizados por homens e por mulheres. Esses últimos, em geral, são desvalorizados. Isso acontece tanto nas profissões, por exemplo, como no cuidado com a família.

O patriarcado – sistema em que os homens dominam e exploram as mulheres – impõe a nós mulheres a responsabilidade com o trabalho doméstico. Na família, arcamos com a sobrecarga de trabalho com o cuidado da família, a saúde, as tarefas domésticas. Esse trabalho não é partilhado com os homens, nem com a sociedade nem com o Estado, por meio das políticas públicas, como creches e pré-escolas.



A divisão sexual do trabalho é um mecanismo que serve à manutenção do poder dos homens sobre nós mulheres. Acontece de maneira bastante injusta e desigual. A divisão é esta: homens acima, mulheres abaixo.

Para muitas mulheres, são ainda vedados alguns postos de trabalho, como aqueles que envolvem tecnologia. As mulheres sofrem com a discriminação salarial, são as principais empregadas no trabalho precário, sem carteira assinada e sem direitos.

Raros, também, são os homens que realizam o trabalho doméstico e enfrentam suas conseqüências: a dupla jornada de trabalho, o confinamento no espaço doméstico, a dificuldade para liberar um tempo de lazer.

O Estado brasileiro não se vê obrigado a partilhar essa responsabilidade: menos de 15% das crianças de zero a três anos estão em creche e pré-escola. Essa situação gera cansaço, estresse e maiores dificuldades para que nós mulheres possamos ter tempo para lazer e participação política!

## **O RACISMO E A REALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NEGRAS**

A divisão racial do trabalho está relacionada às atribuições e papéis dados a brancos e não-brancos desde o período do Brasil colonial. A distribuição racista do trabalho e das formas de exploração daquela época se expressou na associação dos brancos com o salário e com os postos da administração colonial.

Por outro lado, os europeus associaram ao trabalho escravo, não pago ou não assalariado com as raças dominadas, porque eles as consideravam raças inferiores. A inferioridade racial implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefícios de seus senhores.

Hoje, no Brasil, não há como negar que o enegrecimento do desemprego, da subocupação, do emprego doméstico, do emprego precário e da imposição do trabalho não remunerado, tem profunda relação com o passado colonial.



---

**O padrão de dignidade socialmente construído, relacionado ao trabalho remunerado, ao emprego formal, em tempo integral persiste sendo branco e masculino.**

---

Analisar as relações de gênero e raça estabelecidas desde a época do Brasil colônia é fundamental para compreender as desigualdades de hoje em dia. As relações assimétricas de gênero e raça – dominação/subordinação – estão relacionadas às divisões sexual e racial do trabalho. Da colônia até atualidade, pode-se constatar a atualização permanente desses padrões.

A divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo é uma constante. A herança colonial determinou que o espaço da casa, residência da família nuclear, fosse o lugar do trabalho reprodutivo pelas mulheres, respeitada a hierarquia racial entre sinhás e escravas. O trabalho doméstico, invisibilizado, desvalorizado e não remunerado é atribuição primeira, embora algumas vezes não exclusiva, das mulheres.

Entre as camadas médias e de renda superior, a relação patroa/trabalhadora doméstica traz para o espaço da convivência familiar as relações de classe. Quase sempre, essas relações seguem sem romper as antigas relações raciais, mantendo no lugar da patroa a mulher branca, e da empregada a mulher negra.

A ocorrência ainda alta (embora tenha reduzido) de assédio sexual contra as trabalhadoras domésticas também denuncia os antigos padrões de comportamento sexual que remontam ao colonialismo. O espaço doméstico constitui-se assim num micro universo, onde as dominações de gênero, raça e classe se reproduzem.

Essa realidade é nefasta para as mulheres afrodescendentes. Trata-se de uma discriminação composta. Submetidas a estas duas divisões, o quociente alcançado resulta, como regra geral, o mais baixo da escala sócioeconômica, em termos de obtenção de reconhecimento, rendimento, qualidade de vida e direitos no âmbito do mercado de trabalho; e o mais alto, em termos de deveres e limites no que se refere às tarefas reprodutivas.





## FIM DA ESCRAVIDÃO E CONTINUIDADE DA EXPLORAÇÃO

No começo dos anos 1900, logo depois da abolição d@s escrav@s, teve início um período de modernização conservadora, que afirmava a necessidade de romper com o “atraso”, com o “passado” e caminhar rumo ao progresso, ao futuro, à industrialização.

Para livrar-se dessa carga do passado escravagista, inscrita nos corpos de mais da metade da população, a dominação racial buscou novas formas, diferente daquela adotada pelos colonizadores sobre @s colonizad@s.

O branqueamento da população foi a estratégia escolhida para superar esse atraso. Assim, a divulgação do mito da democracia racial, que nega a diferença social entre brancos, negros e indígenas, e o incentivo à imigração européia inseriram-se nesse contexto. O caminho para o “progresso” foi iniciado pelos brancos, enquanto desenrolava-se o processo de branqueamento da força de trabalho local.

Sem acesso à terra nem ao mercado de trabalho, a população negra foi posta à margem do processo de modernização. O período pós-abolição trouxe poucas novidades para o cotidiano das mulheres brancas brasileiras. Elas seguiram tendo como provedores os homens brancos e sendo as responsáveis principais por todo o trabalho de reprodução social, com o apoio de mão-de-obra africana ou afro-descendente, em geral feminina, em regime de semiescravidão ou servidão.

Às imigrantes, recém - chegadas, coube o trabalho em regime de economia familiar no campo, em que assumiram um papel ao mesmo tempo relevante e secundário, no provimento de suas famílias, dado que seu trabalho na esfera produtiva (considerada como único gerador de riqueza) não era reconhecido.

Já para as mulheres negras, a abolição da escravatura significou mais que a **continuidade no trabalho doméstico nas casas dos brancos**. Foi também o ingresso num mercado de trabalho informal remunerado. Elas tinham a responsabilidade de compartilhar ou assumir sozinha o sustento da família, experiência que as mulheres brancas só teriam muito mais tarde.

Tinha dez anos de idade quando comecei a trabalhar em casa de família, e acredito que o meu trabalho contribuiu cotidianamente, dando condições aos outros trabalhadores e trabalhadoras de irem trabalhar fora de suas casas para garantir seu sustento e consequentemente colaborando para o desenvolvimento econômico do país. Outra forma que acredito estar cooperando com a riqueza do país é quando utilizo os serviços públicos, transportes e o consumo de mercadorias.

*Relato de Creuza Maria de Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)*



Isso ocorreu porque os homens negros haviam sido tirados do mercado de trabalho livre, reservado à imigração europeia, e tiveram poucas condições para se estabelecer como responsáveis por esse sustento.

O Brasil do começo do século 20 ofereceu condições muito diferentes para brancos e negros e para as mulheres desses dois grupos, o que acabou definindo trajetórias distintas ao longo desses mais de cem anos.

A partir dos anos 1950, o processo de industrialização ficou mais rápido e a expansão desse novo mercado de trabalho proporcionou a sua abertura para a participação das mulheres, em especial às brancas. Às negras, coube ocupar parte do lugar de trabalho que as brancas deixaram em casa.

No mercado de trabalho, a competitividade e a concorrência são leis fundamentais. Como a discriminação racial tem uma grande importância nas relações sociais no Brasil, a entrada das mulheres negras ao mercado de trabalho formal se deu em condições muito mais desvantajosas, e onerosas para elas próprias, do que para as mulheres brancas.

## **EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO PATRIARCAL E RACISTA**

Em todo o mundo, o trabalho das mulheres é superexplorado pelo sistema capitalista e pelo patriarcado. Somos a maior parcela no trabalho precário, na informalidade, sem direitos, que cresce em todo o mundo. O setor de serviços é o que mais se expande com a reestruturação produtiva e é neste campo onde nós mulheres somos maioria, assim como na agricultura.

Nas cidades, estamos no trabalho informal e sem proteção social, submetidas à exploração sem limites e sem direitos. Adoecemos cada vez mais em consequência do trabalho penoso, insalubre e inseguro.

No campo, temos muitas vezes uma jornada contínua de trabalho, mas este trabalho é muitas vezes desvalorizado, não é reconhecido e nem capaz de garantir nossa autonomia econômica. Nem sempre temos acesso ao produto da renda que geramos, pois esse poder é muitas vezes colocado nas mãos dos



homens dentro de casa. Temos menos acesso à terra e mais dificuldades para obter crédito quando queremos produzir nosso sustento.

O modelo de desenvolvimento beneficia o agronegócio – os grandes produtores, donos dos latifúndios e que em geral produzem um só produto para exportação (monocultura) e **prejudica os trabalhadores e trabalhadoras rurais** e camponesas que produzem o alimento que sustenta o país.

Dentro de casa, as tarefas domésticas e de cuidados nos sobrecarregam. O neoliberalismo, doutrina que prega um Estado mínimo para os direitos e políticas sociais e máximo para a economia, é ainda adotado pelo Governo brasileiro, mesmo que muitas políticas tenham avançado. As tarefas domésticas não são partilhadas na família e o Estado não garante o acesso universal a políticas que apoiem a reprodução social, como creches e escolas em tempo integral, além de restaurantes comunitários.

---

**Os afazeres domésticos representaram, em 2004, 13% do PIB brasileiro. Em 2005, a economista feminista Hildete Pereira Melo apresentou, junto com outr@s pesquisador@s, as primeiras estimativas de quanto os afazeres domésticos representam de acréscimo ao PIB do país. São 13%. Em valores absolutos, isso correspondeu a um acréscimo de R\$ 225,4 bilhões. Considerando os dados da PNAD (2004), as brasileiras exercem 82% dos afazeres domésticos, enquanto os homens executam apenas 18%. Isto é o trabalho realizado pelas mulheres corresponderia a R\$ 185 bilhões<sup>3</sup>.**

---

Nesse sentido, os movimentos feministas brasileiros têm se unido frente à estratégia de reconhecer o trabalho da reprodução social para as políticas previdenciárias. Assim, durante a tramitação da reforma da Previdência de 2003, propusemos a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária para as pessoas que se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado (incluindo

---

<sup>3</sup> O texto está disponível na página eletrônica do CFEMEA: [www.cfemea.org.br/publicacoes/jornal Fêmea/ edições de 2005, nº 148](http://www.cfemea.org.br/publicacoes/jornal_Fêmea/edicoes_de_2005_nº_148).

Nós do MIQCB [Movimento Interstadual de Quebradeiras de Coco Babaçu] temos os mesmos problemas, somos camponesas extrativistas. Temos a “tripla jornada”: quebra de coco, tirar o azeite, cuidar da casa... Sofremos a violência da negação dos nossos direitos pelo poder público quando se volta pro crescimento do PIB e não pensa na segurança alimentar do povo. O não reconhecimento do nosso trabalho é a maior violência. Nós produzimos sabonete, azeite, mesocarpo, artesanato, mas são coisas pequenas sem muita visibilidade. Enfrentamos a luta por nossos direitos e pela conservação dos recursos naturais.

*Maria Adelina de Souza Chagas (Dada), durante o Tribunal de Mulheres contra a Exploração Capitalista e Patriarcal - Fórum Social Mundial, Belém, 2009.*



o de cuidador@s), para obtenção do benefício da aposentadoria a partir do reconhecimento desse trabalho. Defendemos o não recolhimento de uma contribuição financeira, já que como não recebem para exercer esse trabalho não teriam como contribuir. Distante da idéia da *contribuição-benefício* foi difícil o não estabelecimento de uma alíquota mínima de contribuição.

Conseguimos aprovar um artigo na emenda constitucional daquela reforma, detalhada em outra proposta (conhecida na época como Proposta de Emenda Constitucional Paralela da Previdência) e aprovada em julho de 2005. Ela estabelece a criação desse sistema especial com alíquotas reduzidas de 11% (no lugar dos 20% vigentes) tanto para as pessoas que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de suas próprias residências – desde que pertencentes a famílias de baixa renda – quanto para @s trabalhador@s informais urbanos. Pode-se dizer que essa foi a única conquista que as mulheres conseguiram na última reforma previdenciária.

---

**Trabalhamos cada vez mais e temos cada vez menos direitos. A precarização do trabalho é o modo do capitalismo gerar cada vez mais lucro.**

---

Vivemos num contexto semelhante ao do início do capitalismo. A vulnerabilidade e a precariedade são características do trabalho das mulheres nas origens do capitalismo assim como a desvalorização social do trabalho doméstico. Nesse sentido, torna invisível o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, seja nas zonas urbanas como nas zonas rurais. A precariedade aumenta e as antigas formas de trabalho feito em casa, com pagamento por peça e sem relações formais, aparecem como “novidades”. Olhando a história do trabalho das mulheres, percebemos que o novo e o velho se confundem para que a exploração, a acumulação e a desigualdade permaneçam.

Há, porém, uma grande novidade histórica que instaura, de maneira radical, as possibilidades da transformação, que é a constituição das mulheres como sujeito político.



Se podemos hoje analisar as relações de trabalho a partir da perspectiva da desigualdade entre os sexos, é porque as mulheres, como **sujeito político e do conhecimento**, realizaram uma mudança fundamental no modo de vermos o mundo, nos espaços políticos e nas ciências sociais.

A mudança na visão do mundo é fundamental para a construção de um novo começo. As condições para um verdadeiro novo se dão a partir da transformação das desigualdades de gênero, raça e classe.



### **Dinâmica sobre o Cotidiano**

1. Pensem na família que vocês descreveram e identifiquem quem são os dois principais responsáveis pela manutenção e administração da casa.
2. Descrevam uma família que vocês conhecem e identifiquem quem são os dois principais responsáveis pela manutenção e administração da casa.
3. Se for um homem e uma mulher, façam as anotações em duas colunas, de hora em hora.
4. Se for dois homens ou duas mulheres, anotem apenas em uma coluna e indiquem em cima que são duas pessoas.

### **Perguntas para debate**

Qual a situação de trabalho das mulheres de sua região/bairro/comunidade?

Quais os problemas vividos pelas mulheres no trabalho?

Quais os direitos que as mulheres têm no trabalho?

Se não tivéssemos o Movimento, a sociedade não conheceria o nosso trabalho, a nossa profissão. A maior parte da produção que alimenta a nação brasileira (70%) vem da produção das camponesas e não do agronegócio. O Movimento nos ajudou a obter os direitos previdenciários, como a aposentadoria das mulheres aos 55 anos e também o salário maternidade.

*Relato de Adriana Maria Mezadri, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).*

